

## Referências bibliográficas

ALAMY FILHO, João. **O caso dos irmãos Naves: um erro judiciário**. 3ª ed. 2ª tir. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

ALEXY, Robert. **Constitucionalismo Discursivo**. 2ª ed. ver. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Malheiros, 2008.

ALMEIDA, Roberto Moreira de. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Método, 2009.

AQUINO, José Carlos G. Xavier de. **Ensaio sobre o fato, a verdade e a certeza no processo penal**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2005.

ARAÚJO, José Osterno Campos. **Verdade processual penal: limitações à prova**. 1ª ed. 2ª tir. Curitiba: Juruá, 2006.

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. **Prova**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. 35ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

ÁVILA, Humberto Bergamann. **Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 10ª ed. atual e ampl. São Paulo: Malheiros, 2009.

ÁVILA, Thiago André Pierobom de. **Provas Ilícitas e Proporcionalidade**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2007.

AVÓLIO, Luiz Francisco Torquato. **Provas ilícitas: interceptações telefônicas, ambientais e gravações clandestinas**. 3ª ed. ver., ampl. e atual. Em face das Leis 9.296/96 e 10. 217/2001 e da jurisprudência. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2003.

AZENHA, Nívia Aparecida de Souza. **Prova Ilícita no Processo Civil**. 1ª ed. 6ª tir. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

BARCELLOS, Ana Paula de; BARROSO, Luiz Roberto. **O começo da história: a nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro**. In: SILVA, Virgílio Afonso (org.). **Interpretação Constitucional**. 1ª ed. 2ª tir. São Paulo: Malheiros, 2007.

BARCHET, Gustavo; MOTTA, Sylvio. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BARROS, Marco Antônio. **A busca da verdade no processo penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira**. 9ª ed. Rio de

Janeiro: Renovar, 2009.

BECARIA, Cesare. **Dos delitos e das Penas**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

BEDÊ JÚNIOR, Américo; SENNA GUSTAVO. **Princípios do Processo Penal: Entre o garantismo e a efetividade da sanção**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

BITTENCOURT, Luiz Henrique Pinheiro. **O princípio da proporcionalidade e sua plasticidade**. (Publicada no Jornal Síntese nº 86 - ABRIL/2004, pág 10). Júris Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM.

BIZZOTTO, Alexandre. **A inversão ideológica do discurso garantista: a subversão da finalidade das normas constitucionais de conteúdo limitativo para ampliação do sistema penal**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 18ª ed. atual. Malheiros, 2006.

BRAGA, Paula Sarno; DIDIER JR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael. **Curso de Direito Processual Civil: direito probatório, decisão judicial, cumprimento e liquidação da sentença e coisa julgada**. Salvador: JusPdvivm, 2009.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Juízo de Ponderação na Jurisdição Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRIDA, Nério Andrade de. **O princípio da proporcionalidade: fundamento constitucional e elementos de aplicação**. (Publicada no Juris Síntese nº 55 - SET/OUT de 2005). Júris Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM.

BUENO, Cássio. O modelo constitucional do processo civil. **Net**. Disponível em: < <http://www.scarpinellabueno.com.br/>> acesso em: abril de 2010.

BUSTAMANTE, Tomas. Princípios, regras e a fórumka de ponderação de Alexy: um modelo funcional para a argumentação jurídica. **Revista de direito constitucional e internacional**. nº 54, p. 76-107, jan./mar. 2006.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. vol. 1. 17ª ed. inteiramente revisada. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2008.

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. 1ª ed. 3º tir. Campinas: Russel Editores, 2008.

CARVALHO, Amilton Bueno de; CARVALHO; Salo. **Aplicação da Pena e Garantismo**. 2ª ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2002, p. 19

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito constitucional: teoria do Estado e da Constituição**. 12ª ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

CARVALHO, Tiago Fabres de; ROSA, Alexandre Moraes. **Processo penal eficiente e ética da vingança: em busca de uma criminologia da não violência**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010.

CASTRO, Raimundo Amorim de. **Provas ilícitas e o sigilo das comunicações telefônicas**. Curitiba: Juruá, 2009.

CHAVES, João Freitas de Castro; CUNHA, Clarissa Marques da. **Princípio da proporcionalidade pro societate na gestão da prova ilícita: dilemas teóricos e**

**usos cotidianos.** (Publicada no Juris Síntese nº 72 - JUL/AGO de 2008). Júris Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo.** 24ª ed. rev. atual. Malheiros, 2008.

COSTA, Nelson de Oliveira Santos. **Norma de direito fundamental e a proporcionalidade.** (Publicada no Juris Síntese nº 50 - NOV/DEZ de 2004). Júris Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM.

COUTINHO, Jacinto Nelson Miranda. A crise da segurança pública no Brasil. In: BONATO, Gilson (org.). **Garantias Constitucionais e processo penal.** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2002.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **O direito à diferença: as ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e portadores de deficiência.** 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

DI GESU, Cristina. **Prova penal e falsas memórias.** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010.

DIAS, Maria Berenice. **Direito das Famílias.** 4ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DUCLERC, Elmir. **Prova penal e garantismo: uma investigação crítica sobre a verdade construída através do processo.** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2004.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério.** 2ª ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito civil: teoria geral.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2007.

FELDENS, Luciano. **A Constituição Penal: a dupla face da proporcionalidade no controle de normas penais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal.** 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

\_\_\_\_\_. **Direito e Razão: teoria do garantismo penal.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Estado de Direito e Constituição.** 4ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

FIORI, Ariane Trevisan. **A prova e a intervenção corporal: sua valoração no processo penal.** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2008.

FREITAS, Luiz Fernando Calil de. **Direitos Fundamentais: limites e restrições.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2007.

GARCIA, Maria. Opinião pública e interpretação constitucional. **Revista de direito constitucional e internacional.** nº 54, p. 52-61, jan./mar. 2006.

GOMES, Luiz Flávio. **Lei nº 11.690/2008 e provas ilícitas: conceito e inadmissibilidade.** (Publicada no Juris Síntese nº 74 - NOV/DEZ de 2008). Júris Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Mídia e direito penal: em 2009 o “populismo penal” pode explodir.** (Publicada no Juris Síntese nº 77 - MAI/JUN de 2009). Júrís Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM.

GOMES, Magno Federici. **A prova ilícita pro reo e a teoria da proporcionalidade pro sociedade.** (Publicada no Juris Síntese nº 80 - NOV/DEZ de 2009). Júrís Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM.

GOZAÍNI, Osvaldo Alfredo. La verdad y La prueba. In: DIDIER JR., Fredie; JORDÃO, Eduardo Ferreira. **Teoria Geral do Processo: panorama doutrinário mundial.** Salvador: JusPdvivm, 2007.

HAMILTON, Sérgio Demoro. As provas ilícitas, a teoria da proporcionalidade e a autofagia do Direito. IN: \_\_\_\_ **Processo penal (reflexões).** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júrís, 2002.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição.** Porto Alegre: Sergio Fabris, 1991.

IHERING, Rudof von. **A luta pelo Direito.** São Paulo: Editora Ridel, 2005.

JAKOBS, Günther. **Direito penal do inimigo.** 2ª tir. Rio de Janeiro: Editora Lumens Júrís, 2009.

KLIPPEL, Rodrigo. **Teoria geral do processo civil.** Niterói: Editora Impetus, 2007.

LEAL, Fernando. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [martinsalissonsilva@gmail.com](mailto:martinsalissonsilva@gmail.com)> 26 de julho de 2010.

\_\_\_\_\_. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[martinsalissonsilva@gmail.com](mailto:martinsalissonsilva@gmail.com)> 31 de julho de 2010.

\_\_\_\_\_. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[martinsalissonsilva@gmail.com](mailto:martinsalissonsilva@gmail.com)> 11 de setembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[martinsalissonsilva@gmail.com](mailto:martinsalissonsilva@gmail.com)> 13 de setembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[martinsalissonsilva@gmail.com](mailto:martinsalissonsilva@gmail.com)> 13 de setembro de 2010.

LEAL, Rosemiro Pereira. **Teoria geral do processo: primeiros estudos.** 9ª ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

LIRA, Ana Núbia Silva de. **Prova ilícita e o princípio da proporcionalidade pro societate.** (Publicada na Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal nº 20 - JUN-JUL/2003, pág. 40). Júrís Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM.

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional.** vol. 1, 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júrís, 2010.

\_\_\_\_\_. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional.** vol. 2, 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júrís, 2010.

MAMEDE, Gladston. **Ampla liberdade de imprensa: entre as limitações profissionais e o direito de informar e de opinar pela mídia impressa e eletrônica.** (Publicada na Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil nº 05 - MAI-JUN/2000, pág. 12). Júrís Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada inconstitucional: a retroatividade da decisão de (in)constitucionalidade do STF sobre a coisa julgada: a questão da relatividade da coisa julgada**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral do processo**. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

MELIÁ, Manoel Cancio; JAKOBS, Günther. **Direito penal do inimigo: noções e críticas**. 4ª ed. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo Jurídico do princípio da igualdade**. 3ª ed. 18ª tir. Malheiros, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártirez; BRANCO, Paulo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MENDONÇA, Rachel Pinheiro de Andrade. **Provas Ilícitas: limites à licitude probatória**. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios do Processo na Constituição Federal: Processo Civil, Penal e Administrativo**. 9. ed. rev. ampl. e atual com as novas súmulas do STF (simples e vinculantes) e com análise sobre a relativização da coisa julgada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

NICOLITT, André Luiz. **As subversões da presunção de inocência: violência, cidade e processo penal**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 7ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

\_\_\_\_\_. **Provas no Processo Penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

OLIVIERA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2008.

PACHECO, Denilson Feitoza. **O Princípio da Proporcionalidade no Direito Processual Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2007.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas. A estrutura das normas constitucionais. Notas sobre a distinção entre princípios e regras. In: GUERRA, Isabella Franco; NASCIMENTO FILHO, Firly; PEIXINHO, Manoel Messias. **Os princípios da Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris: 2001.

PILATTI, Adriano. **A constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2008.

PIMENTA, Marcelo Vicente de Alkimim. **Teoria da Constituição**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

PINHEIRO, Fernanda Letícia Soares. **Princípio da Proibição da Prova Ilícita no Processo Civil**. 1ª ed. 5ª tir. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

PRADO, Fabiana Lemes Zamalloa do. **A ponderação de interesses em matéria de prova no processo penal**. São Paulo: IBCCRIM, 2006.

PRADO, Leandro Cadenas. **Provas Ilícitas – Teoria e a interpretação dos Tribunais Superiores**. Niterói: Impetus, 2009.

PRADO, Luiz Régis. **Bem Jurídico Penal e Constituição**. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Processo civil ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

ROSA, Alexandre Morais da. **Garantismo Jurídico e Controle de Constitucionalidade Material**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2005.

SGARBI, Adrian. **Clássicos da Teoria do Direito**. 2ª ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2009.

\_\_\_\_\_. **Teoria do Direito: primeiras lições**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2007.

SILVA, Bruno César Gonçalves da. **Do aproveitamento da prova obtida por meio ilícito: a tese da ponderação versus senso de adequabilidade normativa**. (Publicada no Juris Síntese nº 59 - MAI/JUN de 2006). Júris Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM.

SILVA, Virgílio Afonso da. **A Constitucionalização do Direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares**. 1ª ed. 2ª tir. São Paulo: Malheiros: 2008.

\_\_\_\_\_. **Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia**. São Paulo: Malheiros, 2009.

SOARES, Fábio Aguiar Munhoz. **Prova ilícita no processo: de acordo com a nova reforma no Código de Processo Penal**. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

SOUZA, Lourival de Jesus Serejo de. **As provas ilícitas e as questões de direito de família**. (Publicada na Revista Brasileira de Direito de Família nº 02 - JUL-AGO-SET/1999, pág. 7). Júris Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM.

STEINMETZ, Wilson. Princípio da proporcionalidade e atos de autonomia privada restritivos de direitos fundamentais. In: SILVA, Virgílio Afonso (org.). **Interpretação Constitucional**. 1ª ed. 2ª tir. São Paulo: Malheiros, 2007.

STRUCHINER, Noel. **Indeterminação e Objetividade: Quando o Direito diz o que Não Queremos Ouvir**. Artigo cedido pelo autor.

\_\_\_\_\_. **O Direito como um Campo de Escolhas: Por uma Leitura das Regras Prescritivas como Relações**. In: Nas fronteiras do formalismo: A função social da dogmática jurídica hoje. Editora Saraiva. (no prelo).

\_\_\_\_\_. **Posturas interpretativas e modelagem institucional: a dignidade (contingente) do formalismo jurídico**. In: Daniel Sarmento (org.). Filosofia e Teoria Constitucional Contemporânea. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. (no prelo)

SZANIAWSKI, Elimar. **Considerações sobre o princípio da proporcionalidade**. (Publicada na Revista da Faculdade de Direito da UFPR Vol. 33 - 2000, pág. 19). Júris Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM.

USTÁRROZ, Daniel. **Os princípios e as regras no sistema normativo brasileiro**. (Publicada no Juris Síntese nº 31 - SET/OUT de 2001). Júris Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Provas ilícitas lícitas?** (Publicada no Juris Síntese nº 36 - JUL/AGO de 2002). Júris Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM

VALE, André Rufino do. **Estrutura das normas de direitos fundamentais: repensando a distinção entre regras, princípios e valores.** São Paulo: Saraiva, 2009.

VIEIRA, Luís Guilherme. **O fenômeno opressivo da mídia: uma abordagem acerca das provas ilícitas.** (Publicada na Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal nº 10 - OUT-NOV/2001, pág. 24). Júris Síntese IOB, nº 82 – Mar.-Abr./2010. CD-ROM